EDITORIAL

Por uma economia baseada na massa cinzenta

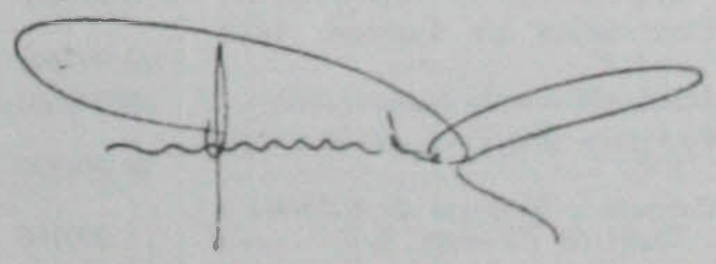
Já passou o tempo da **economia baseada no trabalho forçado,** caracterizada por uma aplicação muito intensa da energia humana, mesmo sem mercado interno de consumo e ainda que fosse de rentabilidade bastante fraca. A revolução industrial, accionada pelas máquinas de potência, acabou com esse tipo secular de estrutura produtiva.

As máquinas de produção industrial permitiram satisfazer cada vez maior número de utilizadores dos produtos disponíveis. Desenvolveu-se então a **economia de mercado,** na qual a aquisição de bens suscitou graus crescentes de competitividade. Produzir bem e barato tornou-se uma lei importante para subsistir no mercado interno e conquistar mercados externos. Aqui descortinam-se diferentes filosofias de actuação, desde as proteccionistas às de concorrência livre, mas sempre no quadro dos mercados.

Nesta evolução, em zonas parcelares, cada vez mais pontuais, foi coexistindo uma tradicional **economia de subsistência:** pessoas, famílias ou mesmo agregados empresariais, limitam-se a dispor dos meios estritamente necessários e suficientes para sobreviver, sem produzir excedentes que promovam o progresso societal. A ideia basilar consiste tão-somente em manter os padrões actuais, perspectiva que consiste em retirar da tradição aquilo que esta consegue fornecer. Com tão elementar princípio, o desenvolvimento manifesta-se muito lento, por contribuições isoladas e uma incipiente difusão em sucessivas gerações.

Estas propriedades deram à economia de mercado uma preponderância crescente. Os esforços de estruturação sectorial e regional, com vista a atingir um dia a dimensão nacional, ampliaram a organização de uma **economia baseada na mão-de-obra barata e pouco qualificada.** Foi assim que, em Portugal, nos anos 60 se investiu em sectores do sistema produtivo como o têxtil e o vestuário, indústrias alimentares, madeira e mobiliário, pasta e papel, material eléctrico e reparação naval, enquanto na década de 70 cresceram sobretudo os sectores da metalurgia de base e produção de máquinas, equipamentos e material eléctrico.

Com esta realidade industrial, Portugal prepara-se agora para se integrar definitivamente nas Comunidades Europeias. A debilidade deste sistema industrial exige uma enérgica decisão de modernização, para que sejam eficazes as possibilidades de resistir ao inevitável impacto socioeconómico do Mercado Único Europeu. Modernizar os meios de produção e a gestão da produção, tendo em mira a alta produtividade e a segurança dos sistemas automáticos, são objectivos fundamentais. Mas para isso revela-se essencial valorizar ao máximo os recursos humanos, já que a tendência inequívoca que se detecta é para passar a uma **economia baseada na massa cinzenta.**

Daí a necessidade imperiosa de estruturar a evolução com base na excelência de conhecimentos e na competência de execução. A introdução das novas tecnologias no universo industrial pela investigação e desenvolvimento experimental e a retroacção da inovação industrial no sistema científico e tecnológico, constituem o modelo fertilizante dessa caminhada. O fortalecimento da interacção Investigação-Indústria surge assim como condição básica do desenvolvimento industrial a curto, médio e longo prazo, sobretudo em áreas estratégicas, como a automação e a domótica ou a microelectrónica e as tecnologias energéticas, tanto na criação de novos produtos e sistemas como na inovação acrescentada às transferências tecnológicas importadas e especialmente no enriquecimento humano pela formação profissional de qualidade. Tais premissas de progresso afiguram-se bastante claras. A sua realização pode ter, e terá certamente, dificuldades a vencer. Acreditamos, porém, que se consiga implementar a necessária economia baseada na massa cinzenta, onde o Homem é mais valorizado como elemento de comando, porque a Máquina o substitui eficientemente nas tarefas rudes das execuções.

Mas antevê-se um perigo nesta conversão societal, para o qual se alertam todos os decisores portugueses. É que não queremos construir uma **economia de mão-de-obra qualificada e barata,** pois esta só beneficia quem detem os meios tecnológicos e descura o valor implícito dos recursos humanos. Nesta abordagem pensamos em especial na potencial exploração do capital estrangeiro.